

## HISTÓRIA

# Um invulgar achado do século XXI: o fundo jesuítico desconhecido do Colégio de Jesus (Sé Nova) de Coimbra<sup>1</sup>

Margarida Miranda  
Carlota Miranda Urbano\*

A escola jesuítica de Coimbra ocupou um lugar-chave na renovação e disseminação dos estudos humanísticos pelos quatro continentes. Parte do impacto da Universidade de Coimbra no mundo deveu-se à herança cultural dos Jesuítas, senhores de uma rede global de colégios que uniu o Oriente e o Ocidente num espaço cultural comum. Graças ao encontro de uma geração de mestres cujas obras foram produzidas em Coimbra, desde a Gramática e a Retórica (incluindo o Teatro) até ao Curso de Artes ou Filosofia, os colégios puseram em prática de modo universal o plano de estudos concebido pela *Ratio Studiorum*, reservando às Humanidades

\* Investigadoras do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Uma versão mais ampla deste trabalho foi apresentada no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (5-6 de Maio de 2017), no Colóquio *Visto de Coimbra. O Colégio de Jesus entre Portugal e o Mundo*, cujos textos se encontram em publicação.

*Brotéria* 185 (2017) 598-614

a visibilidade que não mais perderam. No momento em que a Europa operava um cruzamento de culturas sem precedentes, entre a Europa, o Brasil e a Índia, o Japão e o Extremo Oriente, os manuais ‘conimbricenses’, produzidos a pedido do governo central em Roma, foram um dos principais veículos daquela transmissão de saberes.

A investigação feita em Portugal nesta matéria, nomeadamente no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, tem crescido nas últimas décadas, com destaque para os estudos sobre a actividade literária e teatral jesuítica, sobre as relações Ocidente-Oriente e ainda sobre a produção filosófica ligada ao *Curso Conimbricense*, que tem no prelo a tradução do *Comentário aos Parua Naturalia* no 19º vol. dos *Portugaliae Monumenta Neolatina*. Se esta investigação de contacto directo com as fontes permanece dificilmente reconhecida nos circuitos internacionais, deve-se apenas ao facto de os circuitos internacionais não falarem português, mas inglês.

O crescente interesse de investigadores e instituições científicas por este legado histórico foi há pouco recompensado por uma descoberta de todo extraordinária: um conjunto de cerca de mil páginas de documentos manuscritos, que permaneceu escondido durante mais de 250 anos e que permitirá reexaminar, à luz de fontes até agora desconhecidas, a história de uma das instituições que mais marcaram a vida intelectual europeia.

### 1. O Altar da Coroação, um esconderijo com mais de 250 anos.

Após a campanha pombalina de expulsão dos Jesuítas, que conseguiu perpetuar durante décadas a dinâmica da *damnatio memo-*



*riae*, já ninguém imaginava que segredo algum pudesse subsistir nos espaços que outrora pertenceram aos religiosos exilados. A Fábrica da Sé Nova também não podia imaginar que a limpeza e restauro da sua talha dourada pudesse revelar bem mais do que o brilho original do ouro; mas ciente do elevado património que tem à sua guarda, o Cónego Sertório Baptista Martins, confiou a missão a uma equipa de profissionais. E eis que o Altar da Coroação e Assunção da Virgem, no transepto do lado do Evangelho (ou seja, à esquerda da Capela Mor), guardava um inesperado tesouro. A técnica de restauro aspirava o interior das quatro colunas quando encontrou um objecto em forma de cunha, colocado no interior de uma das colunas do lado direito do altar. Na face posterior da coluna encontrava-se uma caixa de madeira, em forma de cunha, que continha um pequeno crucifixo de marfim envolvido em estopa de linho. Nessa mesma coluna (a coluna interior do lado direito do altar) encontrava-se ainda um saco cilíndrico, de pano branco muito escurecido pelo tempo. O seu interior guardava um grosso volume manuscrito e dentro dele um caderno de menor dimensão.

Surpreendida pelo sucedido, a técnica que procedia à limpeza, a senhora Fernanda Monteiro Vouga, decidiu examinar as restantes colunas dos espaços congéneres da igreja, para se certificar de que nada ficava esquecido. E acabou por encontrar um novo conjunto. Na coluna interior, à esquerda do mesmo altar, encontravam-se mais dois objectos: um códice enrolado em cilindro (de modo a caber no interior da coluna) contendo um macete de cartas atadas por um cordel; e uma bolsa de serapilheira identificada pelo nome António de Vasconcelos, contendo vários embrulhos de pano (de 12-14 cm) cuidadosamente fechados a ponto de costura e identificados por fora; e ainda um último embrulho com o mesmo formato mas em papel.

Esta descoberta foi comunicada ao Cónego Sertório Baptista Martins, pároco da Sé, que por sua vez, comunicou ao Vigário Geral da Diocese. Em sabendo tratar-se de escritos ligados aos Jesuítas um e outro solicitaram a nossa colaboração para uma primeira apreciação do material.

Consultado informalmente o senhor Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foram ouvidas as instruções convenientes sobre como proceder. E logo a Fábrica da Sé, instituição a quem pertence a custódia dos documentos, nos comunicou a decisão de que o primeiro passo a dar seria a inventariação e catalogação do material, antes de o digitalizar para disponibilizar à investigação.

O acondicionamento do acervo deveu-se não só à generosidade desinteressada do Arquivo da Universidade de Coimbra - que nos cedeu as caixas confeccionadas em papel neutro ou alcalino e os cartões de diferentes gramagens para guardar os documentos - mas também ao saber e à gentileza da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Bandeira, que nos acompanhou na higienização e identificação de cada conjunto, com a larga experiência que possui no âmbito do tratamento arquivístico de fundos documentais, quer da Universidade quer de Colégios da Companhia de Jesus.

À medida que procedíamos no inventário, tornava-se cada vez mais clara a origem daquele pequeno tesouro. O recorte temporal dos documentos examinados dava-nos desde logo a sua chave: se os mais antigos remontam ao século XVI (a carta mais antiga é de Santo Inácio, escrita em 18 de Março de 1542), os textos mais recentes têm a data de Setembro de 1759, ou seja, são contemporâneos do decreto de expulsão dos Jesuítas (de 3 de Setembro de 1759) e dos acontecimentos que precederam a partida dos últimos jesuítas de Coimbra, no dia 24 de Outubro daquele ano. Ou seja, pouco antes da partida, um jesuíta teve a coragem de salvar da destruição um



conjunto de documentos que considerava preciosos, na expectativa certamente de que um dia eles fossem resgatados por alguém que soubesse apreciá-los mais do que o poder persecutório instituído, ou, quem sabe, na esperança de um dia regressar a casa e de os recuperar.

## 2. A expulsão do Colégio de Coimbra

De acordo com o relato do Padre José Caeiro<sup>2</sup>, o colégio de Coimbra foi cercado por soldados na noite que precedeu o dia 15 de Fevereiro de 1759. Os jesuítas tinham tomado conhecimento da Carta Régia que determinava o cerco, três dias antes. Desde a manhã de 15 de Fevereiro, quando entraram no Colégio as forças militares, até ao dia da partida dos últimos, os jesuítas viveram um rigoroso isolamento do exterior. Nenhuma notícia do que se passava no exterior podia chegar aos jesuítas. Não lhes era permitido receber cartas nem presentes. Quando em Julho foram autorizados a descer à cerca do colégio e demorar-se algum tempo nos quintais, a vigilância foi reforçada, bem como o número de sentinelas. Durante a permanência dos padres nos quintais, a cavalaria percorria o perímetro do muro exterior, enquanto um oficial vigiava o muro interior. E quando os padres regressavam a casa, eram contados um a um.

A ofensiva do cerco ia muito além do isolamento. A parte do edifício destinada às aulas foi totalmente ocupada pela infantaria, que nele praticava tudo quanto se faz habitualmente num quartel (157). Mas nem assim os estudos foram interrompidos. Ao cabo de três escassos dias, as aulas foram retomadas em locais adequados,

<sup>2</sup> *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, trad. de J. Morais e J. Leite, revisão e notas de A. Leite, Ed. Verbo, 1995, vol III.

dentro do colégio (p.164). A livraria, porém, permanecia encerrada e os jesuítas proibidos de usar os livros, o que, naturalmente prejudicava os estudos. O insistente pedido dos padres, fez com que o desembargador Castro enviasse uma súplica à Relação do Porto, que dali seguiu para Pombal. A resposta, chegada em Junho, permitia que o desembargador Castro, na posse das chaves, entregasse por suas mãos os livros a quem os pedisse, não sem primeiro receber um inventário dos volumes pedidos e identificar cada uma daqueles que os pediam – o que, segundo Caeiro, viria a acontecer apenas por duas vezes.

Para reforçar o isolamento dos padres, estes eram cuidadosamente separados dos soldados, afim de evitar qualquer fuga de informação. Cerraram-se portas com trancas de madeira, com cal e cimento. Uma vigilância especial foi reservada à igreja do Colégio – onde o tesouro seria escondido. Era aí que as entradas eram mais restritas e sumamente vigiadas (157). O Padre Caeiro refere mesmo que, para a celebração da Missa, só alguns altares eram acessíveis, o que constituía grande incómodo devido ao número de sacerdotes que havia no Colégio (157). Quando alguns sacerdotes de fora, não jesuítas, tinham obrigação de celebrar nas capelas da igreja do Colégio, tinham de trazer consigo as alfaias sagradas e os paramentos, e no fim tudo era cuidadosamente examinado, para que nada do exterior pudesse ficar no Colégio, nem nada do Colégio pudesse sair. Tudo o que havia no colégio, fosse armazém, igreja, despensa, foi inventariado. O desembargador quis fazer leilão de livros, mas o reitor, Pedro da Fonseca, conseguiu evitá-lo, alegando que não tinha ordem para tal. Não conseguiu, porém, evitar que o desembargador retirasse para fora do colégio, para escolas vizinhas, todos os escritos conservados no arquivo. E teria sido esse igualmente o destino dos nossos documentos, se a História permitisse que os desígnios do Marquês se cumprissem por inteiro.



No dia 30 de Setembro os jesuítas tomaram conhecimento de que os mais velhos (os professos de quatro votos e os coadjutores formados) partiriam nessa mesma noite; e receberam ordens para cada um permanecer nos seus quartos depois de jantar. No parecer do Padre Caeiro, o desembargador que liderava o cerco esperava sinceramente que, sem a presença dos superiores, os mais novos que ficavam se deixassem abater pela falta de orientação. Pelo contrário, estes logo elegeram um reitor (o mais velho por nascimento), e este tratou imediatamente de organizar a casa, provendo os restantes cargos e tudo providenciando para que os estudos das Letras recommencessem como habitualmente no dia seguinte, 1 de Outubro, nomeando para isso os professores necessários.

Na sua relação, o Padre Caeiro refere ainda várias manobras e tentativas do desembargador Castro no sentido de convencer este grupo a demitir-se da Companhia. Desde visitas de parentes e amigos, à permissão para receber e enviar cartas, tudo foi permitido, mas a grande maioria manteve a determinação de permanecer na Companhia de Jesus.

Fazia-se por esta altura a novena de S. Francisco de Borja, que os jovens jesuítas mesmo órfãos dos seus mestres, levaram a cabo, com grande admiração da cidade (p.293). No final da novena, porém quando a Universidade, obrigada por voto a vir à igreja do Colégio em cortejo solene, ali foi celebrar a vigília do santo, os jovens jesuítas foram impedidos de descer à igreja e passaram de novo a um regime de apertado isolamento.

Finalmente, no dia 24 de Outubro de 1759, também eles foram forçados a partir do Colégio. Pela manhã foram avisados de que era o seu último dia ali; que deviam fazer uma lista das coisas que iam deixar em cada quarto, que escrevessem o seu nome na porta, e que permanecessem no seu quarto depois de jantar. De tarde, dois secretários devidamente escoltados percorreram os quartos, anun-

ciando que quem desejasse sair da Companhia o podia fazer até à uma da noite. A essa mesma hora, os restantes seriam levados para o exílio. Os restantes foram 141 jesuítas, entre padres sem a profissão solene, estudantes de Filosofia, estudantes de Retórica, irmãos coadjutores, noviços e noviços coadjutores. Apenas dois jovens do curso de filosofia, tinham deixado a Companhia.

Quando saíram dos seus quartos, descreve o Padre Caeiro, os jesuítas “visitaram, com grande sentimento religioso a igreja, a capela e os outros locais do colégio (...) e beijaram as paredes e o chão”. Neste grupo dos mais jovens, com outros padres que ainda não tinham feito a profissão solene, partia de Coimbra para a difícil viagem até ao exílio, a nossa personagem, o Padre António de Vasconcelos. Efectivamente o seu nome surge na lista dos últimos exilados, elaborada por José Caeiro no seu relato da *História da Expulsão da Companhia* (vol III: p.307).

Em breve a obra do Padre António Júlio Trigueiros, um dos primeiros a quem demos conhecimento da descoberta, poderá dizer-nos quem foi este jesuíta, quando vier a público a sua tese de doutoramento, “Os Jesuítas portugueses no exílio no período pombalino e pos-pombalino”, cuja publicação aguardamos com expectativa.

### 3. A origem do tesouro.

O tesouro deixado por António de Vasconcelos inclui as suas memórias pessoais e as memórias da Companhia, ameaçada de extinção. Para o salvar, o jesuíta teria subido ao altar da Coroação e Assunção da Virgem e ali depositado o conjunto, certamente na esperança de um dia regressar e poder reaver aquilo que era por todos os meios impedido de levar consigo.



O crucifixo era provavelmente aquele diante do qual pronunciara os seus votos religiosos e que deveria acompanhá-lo pela vida fora. Mas as cartas reunidas no macete eram mais do que um objecto de devoção pessoal. Eram cartas com mais de duzentos anos, escritas por Santo Inácio, S. Francisco Xavier, e João de Polanco.

Além das cartas, o jesuíta conservou dois volumes manuscritos: um de controvérsia filosófica e teológica e outro do Padre António Vieira; e por fim uma bolsa de serapilheira contendo um conjunto de pequenos embrulhos bem fechados, cinco ao todo: um único embrulho de papel identificado com o monograma AV e quatro de pano, identificados com o nome de Ant. de Vasconcelos e com as designações “*Apontam. e Nom.*”; “*Cartas m<sup>hs</sup> e a<sup>lh</sup>*”; “*Matrim.*”

Tendo em conta o relato do P. Caeiro sobre os factos e circunstâncias em que os jesuítas viveram no Colégio de Coimbra, desde Fevereiro até Outubro, quando os últimos foram levados para o exílio, imaginamos que não teria sido nada fácil para António de Vasconcelos ter acesso à igreja e trepar ao altar para esconder o seu ‘tesouro’. Até mesmo nos surpreende como teria conseguido reunir e manter um conjunto de manuscritos tão importante como cartas dos fundadores, pois essas estariam certamente ou na posse do superior ou num Arquivo, em lugar seguro. Mas o relato de Caeiro que nos descreve o rigor da vigilância, também revela os momentos em que teria sido possível escapar-lhe.

Como acima se disse, depois de encerrada a livraria, foi permitido aos jesuítas, num apertado sistema de controle, pelo menos por duas vezes, pedir livros. Em todo o caso, deveriam devolvê-los. Não sabemos se António de Vasconcelos os pediu e escapou ao controle da devolução, ou se os teria na sua posse aquando do cerco, conseguindo mantê-los no quarto sem os declarar; ou ainda se um dos padres mais velhos os teria consigo juntamente com o conjunto

de cartas, conseguindo passá-los a António de Vasconcelos antes de partir, a 30 de Setembro. Sobretudo o conjunto das cartas do séc. XVI faz pensar nesta última hipótese, e o relato do P. Caeiro fala-nos de um momento em que isso teria sido possível. Quando foram avisados de que os professores e coadjutores deveriam partir, devendo-se manter todos nos seus quartos depois de jantar, os mais jovens pediram que os deixassem sair, a fim de prepararem a ceia para os mais velhos que iam viajar. Assim aconteceu. E preparada a ceia, *‘distribuíram-se por todos as coisas que deviam levar para a ceia a fim de cada um poder entrar nos quartos dos outros (264)*. Segundo Caeiro, esta foi uma ocasião para os mais velhos fortalecerem os mais novos na constância. Aos nossos olhos, porém, esta era a oportunidade para que alguns mais velhos entregassem aos mais novos o que consideravam valioso e não queriam que se perdesse ou fosse destruído na voragem da expulsão.

Como e quando teria chegado ao altar lateral da Igreja, o jovem António Vasconcelos? É certo que na noite da partida dos mais jovens, como acima se disse citando o P. Caeiro, eles visitaram a Igreja com grande sentimento religioso - mas seria muito difícil, senão impossível, subir ao altar sem ser notado, uma vez que a igreja era objecto da maior vigilância. Uma pequena nota do P. Caeiro pode explicar como, apesar de tudo, foi possível aceder àquele lugar: a existência de um cúmplice entre os militares. Diz o Padre Caeiro que *‘uma das principais cancelas da igreja, que dava acesso para o altar de Nossa Senhora, era manobrada por um militar com extraordinária confiança nos jesuítas... de maneira que nada sucedeu, em toda a duração do cerco, sobre que ele não informasse os jesuítas com admirável habilidade e constância’ (157)*. Muito provavelmente, António Vasconcelos teve a convívência deste guarda para entrar na igreja e ‘rezar’ mais demoradamente....



#### 4. Descrição do corpus

Descrevemos agora de forma sumária o conteúdo das cerca de 1000 páginas que constituem o *corpus*, agrupando-o em quatro secções distintas:

**4.1** Documentos fundacionais: o macete de cartas atadas por cordel corresponde a um conjunto de documentos fundacionais de elevado poder simbólico. O interesse do investigador aumenta com a inscrição que se lê na face superior, sob o cordel: “Somente o Superior deve ter estas cartas em Coimbra” (*Soli sup<sup>ri</sup>/õ[m]nes hae epistolae coñimbricae*). São cartas dos fundadores, na sua maioria enviadas de Roma pelo Governo central, por Santo Inácio de Loyola e por João de Polanco, seu assistente e secretário pessoal, mas também enviadas de Cochim, na Índia, por S. Francisco Xavier, ou enviadas de Lisboa para Roma, como alguns textos de Dom João III. O monarca responsável pelo bom acolhimento da Companhia no reino antes mesmo da sua confirmação pela Sé Apostólica, escreve para diferentes destinatários, acerca do P. Luís Gonçalves da Câmara e das obras da Companhia de Jesus que em 1553 ele deveria representar em Roma.

De Santo Inácio conservam-se pelo menos sete cartas diferentes: duas dirigidas a Simão Rodrigues, de 1542 e 1545; a célebre carta sobre a obediência como “virtude mais necessária e mais especial que nenhuma outra na Companhia”, de 1552; e ainda quatro cartas do ano de 1555: uma dirigida ao P. João Nunes Barreto que fora nomeado patriarca da Etiópia; outra a D. João III, sobre assuntos relacionados com Dom Teodósio de Bragança; uma carta a Diogo de Mirão, provincial, sobre as relações entre o Patriarca eleito, o Provincial da Índia e o Visitador [da Companhia] e as obrigações de obediência de cada um; e por fim uma carta dirigida ao

P. Francisco [Borja?] e aos Provinciais e Reitores dos Colégios da Companhia de Jesus, em Espanha e Portugal.

Não está feita a avaliação de cada uma destas cartas, para apurar quais delas são de todo desconhecidas ou já publicadas nos vastíssimos *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Para que a correspondência mantida entre os Jesuítas circulasse efectivamente, estas cartas eram escritas em diversas cópias, como indica a carta de Santo Inácio de 17 de Fevereiro de 1552 acerca da obediência, a qual efectivamente se encontra em duplicado. Nela se lê: “*Treslado de uã do p.e Ignatio sobre a obediência*”. No entanto, temos boas razões para considerar que há pelo menos uma carta que podemos considerar autógrafa: a carta de Santo Inácio a Simão Rodrigues, de 22 de Agosto de 1545, em que o primeiro lhe concede autorização para ir a Roma. A devoção de alguém pelo nome do santo fundador fez com que a assinatura de Inácio de Loyola fosse recortada, como fazia na Índia S. Francisco Xavier, para conservar consigo o nome e a memória do afecto que o ligava aos companheiros que lhe escreviam para aquele longínquo exílio.

**4.2** Numa segunda secção, o volume de controvérsia filosófica e religiosa traz consigo o nome de Francisco Soares [Lusitano] e a data de 1652. Corresponde a um conjunto daquilo que se designava *Conclusiones* mas que também podia designar-se por *theses*, *quaestiones*, *controuersiae*, *propositiones*, ou no singular, *dissertatio* ou *disputatio*. As anotações manuscritas à margem do texto identificam a origem do códice: *Livro q[ue] o P[adre] M[anu]el P[ere]i[ra], lente de prima no C[olégi]o de S[ant]o Antão emprestou ao P[adr]e Manuel [?Carvalho]. E ainda: Aplicado ao C[olégio] de Coimbra pelo P[adr]e Manoel Pereyra da Comp[anhia] de Jesus Lente de Prima de Theologia na Universidade de Évora, p[ara] q[ue] se guarde e conste a todo o tempo das duvidas que no ditto*



Col. ouve entre o P[adr]e Franc[isco] Soares Lusitano e os Rdos P.es Dominicos.<sup>3</sup>

O códice reúne dois conjuntos de *Conclusiones* defendidas por jesuítas (Francisco Soares [Lusitano], presidente e Manuel Pereira, defendente) em 20 de Fevereiro e em 15 de Março de 1652; e um terceiro conjunto de *Conclusiones* defendidas por dominicanos, em 20 de Março do mesmo ano. A cada conjunto de *Conclusiones* impressas correspondem comentários manuscritos de extensão muito desigual, em páginas de densa caligrafia: cada página chega a ter 1400 palavras. O códice guarda portanto cerca de 400 páginas do contributo de jesuítas e dominicanos para a célebre controvérsia do livre arbítrio, que ocupou filósofos e teólogos desde o século XVI. Intensificada pelas doutrinas luteranas e calvinistas da predestinação e transcendência absoluta de Deus, a polémica não se esgotara no magistério de Luís de Molina em Évora ou de Pedro da Fonseca em Coimbra. O debate, que em 1561, um século antes, já tinha ultrapassado as salas de aula de filosofia e alcançado o âmbito do próprio teatro escolar (com o teatro de Miguel Venegas), continuava apaixonado um século depois, como se vê por estes apontamentos, onde aliás se lê: *Disputatio publica cum Patribus Dominicanis circa materiam de Auxiliis Divinae Gratiae* (p. 255). E não se pense que os temas de debate se circunscreviam a questões de fé e teologia. O conteúdo destas *conclusiones* correspondia à matéria das aulas:

<sup>3</sup> No interior da lombada lê-se: *Ex Vniu[ersa] Theologia a P.º Emmmanuele Pereyra (Collegio Connimbricensi)*. A inscrição sobre a lombada convoca à discussão sobre a autoria das teses. Na verdade, a descrição mais extensa do título aponta dois responsáveis intelectuais: o presidente, i.e. o professor, sempre objecto de maior relevo tipográfico, e o deficiente, i.e. o aluno. De quem seria a responsabilidade intelectual das teses? Roque Cabral afirma que não temos condições para atribuir as questões ao mestre ou ao aluno: "Teologia e Filosofia dos Jesuítas em Portugal", *Didaskalia* 20 (1999): 185-187. No entanto, João Pereira Gomes estudou o assunto e afirmou que o autor é o professor: "As teses e o problema da sua autoria" *Brotéria* 73 (1961): 397-427.

cada aluno devia dar conta de um certo número de *conclusões* ou *teses*, previamente impressas e tornadas públicas. Assim, as cinquenta conclusões de Francisco Soares e Manuel Pereira incluíram as mais diversas questões da actualidade, de ordem jurídica e canónica. Todas elas eram trazidas ao debate escolar e examinadas em todas as suas consequências argumentativas, fazendo da sala de aula um espaço de estímulo ao pensamento pessoal e à crítica.

**4.3** Como terceira secção temos um manuscrito da *Clavis Prophetarum* do P. António Vieira, que chegou até nós em excelente estado de conservação. Compõe-se de uma junção de seis cadernos cosidos, num total de 495 páginas de texto, para além de 11 páginas de índice e uma página de título. *Clavis Prophetarum / verum eorum sensum aperiens / Ad rectam Regni Christi in terris consummati / Intelligentiam assequendam / A P. Antonio Vieyra Societatis Iesu / Summo studio elaborata / sed morte praeueniente non absoluta, / Nec ultima manu expoliata / Opus posthumum, ac desideratissimum / A Collegio Bahiensi / Ad admodum R. P. N. Thyrsus Gonzales / Eiusdem Societatis Praepositum g[enera]lem / Missum / Anno MDCXCIX.*

"Chave dos profetas que abre o seu verdadeiro sentido, para alcançar uma recta compreensão do reino de Cristo consumado na terra; elaborada com apurado estudo pelo Padre António Vieira da Companhia de Jesus mas, em virtude da sua morte, não acabada nem revista pela sua última mão. Obra póstuma e desejadíssima. Enviada pelo Colégio da Baía ao muito reverendo Nosso Padre Thyrsus Gonçalves, prepósito Geral da mesma Companhia. Ano 1699."

Antes ainda do texto, pode ler-se: "*Clavis Prophetarum* copiado pelo P. Jeronymo de Castillo e aplicado a este Collegio de Coimbra pelo P. André de Barros". O Padre Castilho (1674-1730), célebre



mestre de Humanidades no seu tempo, um dos primeiros membros da Academia de História, ensinou em Coimbra e em Évora, depois de ter estudado Teologia em Roma. Ali terá feito esta cópia e terá trazido ainda uma outra - segundo uma nota marginal ao texto, em que o anotador não só o refere como indica rasuras e diferenças entre as duas versões (p. 474). Quanto ao Padre André de Barros (1675-1754), o primeiro biógrafo do Padre António Vieira, estudou e ensinou em Coimbra, e como este manuscrito indica, manuseou a *Clavis* no seu magistério. Este manuscrito é mais um documento da sua proximidade com o texto da *Clavis*.

No início do Ms pode ver-se o título original: *De Regno Christi in terris consummato libri 3*, embora aparentemente o códice contenha apenas os dois primeiros livros. Mas esse é apenas um dos muitos aspectos que aguardam o esclarecimento de uma investigação especializada.

**4.4** A quarta e última secção corresponde aos documentos coevos da expulsão, nomeadamente um caderno de matéria hagiográfica e o espólio pessoal de António de Vasconcelos.

O Caderno encontrava-se no interior das *Conclusiones* e não no saco identificado com o nome de Antonio de Vasconcelos, o que significa que poderia não pertencer ao espólio pessoal do jesuíta. É composto de oito fólios cosidos com linha verde e tem quinze páginas de texto. Trata-se de uma vida devota, aparentemente um depoimento pedido a uma religiosa do Lourçal que teria convivido com Soror Maria Joana, a célebre Clarissa que profetizara o terramoto de 1755 e cujas profecias o desditoso jesuíta Gabriel Malagrida se encarregara de difundir no seu opúsculo *Juízo da verdadeira causa do terramoto*. Será muito interessante cotejar este manuscrito com as relações da Vida desta religiosa, que vieram a ser impressas.

Além daquele primeiro material de valor afectivo, institucional e intelectual, o jesuíta quis conservar a sua correspondência, activa e passiva. Entre os seus papéis, encontramos apontamentos em latim e em português, sobre os mais variados assuntos: a lista de teses que defendeu enquanto teólogo, a 4 de Maio de 1759 no Colégio de Jesus (comprovando-se assim que os estudos prosseguiram, apesar das dificuldades do cerco); as alegações de um processo matrimonial em que o jesuíta tomou a defesa da sua jovem prima, Josefa Maurícia de Vasconcelos; e a correspondência trocada com familiares, amigos e religiosos, sobre os assuntos mais graves e os mais triviais da vida quotidiana do reino, na década de 50 do século XVIII.

António de Vasconcelos devia possuir um elevado sentido histórico das circunstâncias que vivia. Assumindo o papel de depositário da memória colectiva, deixou-nos ainda um último caderno com a memória das circunstâncias sociais e políticas do reino: *As Cousas notáveis sucedidas em Portugal desde o ano 1750 até o ano...* Trata-se de um caderno de 2 fólios dobrados e duas folhas soltas. O título ficou em aberto porque a narrativa se encontrava *in fieri* quando o autor a abandonou para esconder os documentos, antes da partida. Numa das folhas soltas, as últimas datas referem-se a Agosto e Setembro de 1759 - já depois do decreto régio da expulsão, uma vez que os jesuítas mais novos só deixaram Coimbra a 24 de Outubro daquele ano. O último acontecimento descrito é exactamente o aviso final acerca dos procedimentos para a partida dos padres de quatro votos, aviso dado na manhã de 30 de Setembro de 1759.

Esta é a peça que se encontra em pior estado de conservação e é também a única da bolsa "António de Vasconcelos" que estava envolvida apenas em papel e não em pano, sinal evidente da falta de tempo para a acondicionar em invólucro menos precário. E seguiu-se a partida para o desterro.



#### 4. Conclusões

Mais de dois séculos de pó e de silêncio se abateram sobre os escritos do P. António de Vasconcelos. A circunstância fortuita do achado e a primeira apreciação do seu conteúdo deu-nos quase a impressão de ter tido um encontro pessoal com aquela personagem desconhecida. Ter a fortuna de receber o seu espólio, guardado na clandestinidade apesar da vigilância atenta dos militares, preservado do dano pombalino e da ruína do tempo ao longo de mais de 250 anos, foi como encontrarmos-nos com a última vontade do prisioneiro condenado ao exílio.

Devemos à Sé Nova, na pessoa do Sr. Cónego Sertório, a fineza de sensibilidade que demonstrou em todo o momento. Conhecedor do elevado valor patrimonial material e imaterial de que é guardião, logo reconheceu a necessidade de reconstituir a memória, preservá-la e dá-la a conhecer à investigação científica. Colaborar com a Sé neste desígnio foi como realizar um acto de execução testamentária; foi como se pudéssemos cumprir a vontade do jesuíta e travar um passo à ofensiva pombalina.

Terminado o inventário e graças à generosidade da Sé Nova de Coimbra, encontra-se em curso a digitalização de todos os documentos. O catálogo do fundo documental será alojado no Portal *Cesareia*, em rede com os diversos núcleos de Bibliotecas da Igreja em Portugal. Finalmente, o tratamento do corpus documental no seu todo irá colocar este invulgar achado do século XXI no mapa dos Arquivos de fontes históricas da Companhia de Jesus. E assim, António de Vasconcelos vencerá a barreira do tempo para se fazer ouvir junto de um auditório do século XXI, dando-lhe a possibilidade de reescrever a História, não já pela pena do vencedor, mas pela pena dos vencidos.

## HISTÓRIA

### Entrevista ao historiador Pierre Antoine Fabre

Emanuel Colombo  
José Eduardo Franco\*\*

#### Apresentação breve

Pierre Antoine Fabre é um dos mais notáveis historiadores franceses da atualidade, que se tem destacado pelos seus trabalhos de história e antropologia religiosas, nas suas relações com a história cultural e política. Merecem especial destaque *Ignacio de Loyola. El Lugar de la Imagén* (Ciudad de México, 2012 [1992]) e *Décréter l'Image. La XXV<sup>e</sup> Session du Concile de Trente* (Paris, 2013), em que estudou os processos de receção e de representação. Os seus estudos sobre a história dos jesuítas, a literatura de espiritualidade e as correntes devocionais modernas, continuando os trabalhos pioneiros de Marcel Bataillon e Michel de Certeau, têm tido uma influência significativa na renovação das perspetivas epistemológicas e metodológicas no campo científico da história religiosa europeia, como eixo fundamental e fecundador de outros campos de pesquisa, que beneficiam com o alargamento do estudo crítico do fenómeno religioso.

\* Georgetown University.

\*\* Universidade Aberta.